



Caio Simões



Rodrigo Martins



Rodrigo Almeida



Roberto Consolini



Débora Murikawa

Fotos: Consuelo Monteiro

MENSALIDADE: EIS OS GRANDES PREJUDICADOS.

São os estudantes, pressionados pelos pais para não repetir de ano e insatisfeitos com as escolas.

Se repetir, vai para a escola pública. Essa é a advertência que muitos pais estão fazendo aos seus filhos, diante do aumento das mensalidades escolares. As crianças são as principais vítimas do alto custo do ensino privado e muitas se revelam assustadas com o fantasma de ter de mudar de escola. Outras reagem com revolta ao saber quanto custam as mensalidades e usam, para se expressar, termos que pertencem ao universo dos adultos: "Constituinte mentirosa" e "congelamento mal feito" se tornaram, ao lado dos diretores das escolas, os grandes inimigos desses alunos.

"Essa Constituinte falou que ia mudar o Brasil. Não mudou nada e está piorando de vez. Falaram em congelamento, mas os preços estão aumentando tanto que não dá nem para comer." A constatação é de Rodrigo Cirello de Almeida, dez anos, estudante do Colégio Virgem Poderosa, situado na zona Sul da cidade. Ele está cursando a 5ª série e tem reclamado, ao lado dos pais: "Todos os anos os preços das mensalidades aumentam. O meu esforço é cada vez maior para não repetir". Se repetir, Rodrigo já sabe: vai para a escola estadual. "E se for para a escola pública, não vou poder me formar em Informática, porque o nível deles é muito baixo", explica.

Outro fator apontado pelos alunos para justificar o desprezo pelo ensino público: "Nessas escolas há muita greve e os dias em que não há aulas são repostos durante as férias. Então, a gente fica sem saber quando tem aula e quando são as férias", justifica Roberto Consolini, 12 anos,

atualmente cursando a 6ª série no Virgem Poderosa. Ele relaciona também outros pontos contra as escolas públicas: "Nível fraco, banheiros sujos, colegas usando palavrões normalmente, escolas pichadas por dentro e por fora".

Otília Lourenço Martins é mãe de dois gêmeos. Um dos

seus filhos, Rodrigo, oito anos, é o primeiro aluno da classe. "Por isso não temo que repita", diz a mãe. "Vivemos numa época em que as crianças devem participar de tudo. Devem ser conscientizadas", acredita Otília. Rodrigo confessa que, por causa das queixas dos pais quanto ao preço

das mensalidades do colégio Rio Branco, tem procurado estudar mais.

"Nada em troca"

Essa aproximação entre pais e filhos para combater o inimigo comum aparece muito bem na posição adotada por Caio Simões, 14 anos, aluno da

1ª série do Rio Branco: "Meu pai está pagando Cz\$ 11.098,00.

Se isso voltar em termos de benefícios para o aluno tudo bem". Ele faz algumas críticas ao colégio onde estuda: "A falta de higiene aqui é muito grande. Além disso, o laboratório está em péssimas condições. Acho que o preço da escola aumentou muito e ela não oferece nada para os alunos em troca". A solução, segundo ele: pegar parte do dinheiro que ganham e melhorar as coisas na escola.

A idéia é retomada por Neuza Sayuri Rocha Murikawa, mãe de Débora, de 11 anos. Segundo ela, todavia, "a noção de dinheiro para as crianças é secundária", e por isso ela não notou nenhuma diferença com relação à conscientização de sua filha. "Ao contrário, a Débora piorou muito este ano." Ainda assim, a menina, que cursa a 6ª série do colégio Santo Agostinho, demonstra grande conhecimento do assunto: "Se meu pai reclamar sozinho do preço da escola, os diretores não vão acreditar; vão falar que é mentira dele. Por isso, acho que o melhor seria que todos os pais reclamassem juntos". E, provando ser uma garota informada, a Débora afirma: "No Rio houve manifestação. Talvez isso ajude a diminuir os preços". **Marleine Cohen**

As escolas insistem: nada vão devolver.

Cerca de 700 mantenedores de escolas particulares decidiram ontem, em assembleia realizada no Colégio São Bento, que não irão rebaixar as mensalidades e nem devolver os valores cobrados a mais durante a vigência da "liberdade vigiada", como determina o novo decreto que fixa critérios para o reajuste. Os donos de escola reafirmaram as posições já tomadas pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de São Paulo, entre elas a de recorrer à Justiça contra a retroatividade do decreto para garantir os preços que vinham cobrando.

O presidente do sindicato, José Aurélio de Camargo, diz que "sob hipótese alguma as escolas devem devolver o que já foi cobrado". Ele voltou a afirmar que a retroatividade adotada pelo novo decreto do governo — exigindo a devolução do que as escolas cobraram acima dos índices agora divulgados — é in-

constitucional.

— Nenhum decreto pode anular os efeitos produzidos por outro — afirma Camargo. — Quando a "liberdade vigiada" ainda estava valendo para o setor, as escolas estabeleceram seus preços de forma perfeitamente legal, seguindo o decreto então em vigor. O decreto aprovado na semana passada, juridicamente, vale para o período posterior à sua publicação, portanto para as mensalidades a partir de abril.

O presidente do sindicato diz não temer punições contra as escolas por parte da Secretaria de Defesa do Consumidor. Ele afirma que, de acordo com o decreto em vigor, "o único órgão capaz de fiscalizar e punir as escolas é o Conselho Estadual da Educação". Mesmo assim, diz acreditar que nenhuma escola poderá ser punida se não rebaixar suas mensalidades ou devolver valores cobrados a mais: "As escolas

vão agir dentro do preceito constitucional do direito adquirido, mantendo os preços fixados de acordo com o decreto anterior".

Camargo critica a cartilha da Secretaria de Defesa do Consumidor — "uma barbárie", na sua opinião. "Além de apresentar erros gritantes de interpretação do decreto do governo", diz Camargo, "ela induz a comunidade ao conflito com as escolas".

Ontem à tarde, o Secretário de Defesa do Consumidor, Paulo Frontini, e o presidente do Conselho Estadual da Educação, Jorge Nagle, estiveram reunidos por mais de duas horas na secretaria para estudar uma ação conjunta dos dois órgãos na fiscalização das mensalidades. Segundo o secretário Frontini, não houve, no entanto, nenhuma conclusão sobre o assunto. Sobre a reunião, Frontini limitou-se a dizer que informou o presidente do conselho sobre os recursos

materiais e humanos de que dispõe sua secretaria para a fiscalização.

412% a mais

A Secretaria Estadual de Educação do Rio denunciou ontem que pelo menos quatro escolas particulares — Santo Inácio, Notre Dame, Souza Leão e Suíço-Brasileiro — reajustaram as mensalidades em até 412% a mais do que o permitido pelo acordo entre a Associação de Pais e Alunos e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino. Os colégios serão notificados hoje pelo curador de Justiça do Consumidor, Hélio Gama, e obrigados a devolver o dinheiro, além de reduzir a mensalidade.

A Secretaria de Educação designou 1.100 fiscais para fazer um levantamento detalhado nas 5.500 escolas particulares do Estado. Há previsão de que nos próximos 15 dias mais 62 escolas irregulares sejam notificadas.